

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

INDICADORES DE EXTENSÃO

PROEX
Pró-reitoria de Extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

Maria Valéria Costa Correia
Reitora

José vieira da Cruz
Vice-Reitor

Joelma de Oliveira Albuquerque
Pró-Reitora de Extensão

Maria Betânia Gomes da Silva Brito
Coordenadora de Extensão

Ricardo Carvalho Cabús
Coordenador de Assuntos Culturais

Janda Maria Alves de Alencar
Coordenadora do Programa Conexões de Saberes

Ana Maria Bastos
Jobson Lima dos Santos
Secretaria Administrativa

Robson Antônio Amorim Carneiro
Demétrio Torres da Silva
Coordenação de Extensão

Marildes Nunes Ferreira
Alex Souza Oliveira
Danilo Gusmão Ferreira Souto
Setor Técnico de Projetos

Jailson dos Santos Albuquerque
Giselle Silva do Nascimento
Assessoria de Ações de Extensão

Sumário

1 – Apresentação.....	3
2 - Indicadores de extensão universitária.....	6
3 - Série histórica de indicadores da extensão na Ufal	12
3.1 Tipos de relações temáticas.....	12
3.2 Números de municípios atingidos pelas ações da extensão.....	13
3.3 Número de visitantes dos museus e equipamentos culturais da Ufal.....	13
3.4 Demais indicadores.....	14
4 - Organização didático-pedagógica.....	15
5 - considerações finais.....	16
6 - Anexo A - descrição de indicadores.....	17
7 - Anexo B - fonte dos indicadores.....	19
8 - Anexo C - classificação das áreas temáticas.....	22
9 - Anexo D - linhas de extensão e formas de operacionalização.....	23
10 – Referências.....	27
11 - Nota de fim.....	28



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

INDICADORES DE EXTENSÃO DA UFAL

Apresentação

O presente texto visa expor uma proposta de definição de indicadores que dialoguem com os objetivos estratégicos para o PDI 2019-2023, considerando o acúmulo e desenvolvimento da instituição acerca deste elemento constitutivo da formação profissional que é a extensão universitária. Desta forma, para a definição destes objetivos foram considerados: as normatizações vigentes; os mais de 30 anos de discussão e produção acadêmica do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior; e a configuração da extensão na UFAL. Desta maneira, para dar materialidade aos objetivos estratégicos, neste texto seguiu-se a seguinte lógica:

- 1) Explicitação dos objetivos estratégicos do PDI e a respectiva fundamentação legal e normativa.
- 2) Apresentação da fundamentação acerca dos indicadores de extensão, e a proposição de indicadores considerando aqueles já consolidados no último PDI explicitados nos últimos relatórios de gestão; quanto de novos indicadores, que possibilitem à Ufal acompanhar o desenvolvimento institucional da extensão, compreendendo o conjunto dos indicadores como parâmetros para avaliar objetivos e ações, possibilitando a instituição rever procedimentos, elaborar novas políticas, e identificar êxitos.
- 3) Apresentação de uma série histórica de indicadores que já vem sendo utilizados, que foram tomados como base para a definição de novas ações e respectivas metas;
- 4) Em anexo a lista dos indicadores com sua descrição detalhada, sua fonte de coleta, e a metodologia de sistematização. Também em anexo as áreas temáticas e linhas de extensão.

Também, vale ressaltar que a definição de indicadores pela Ufal, foi objeto do item – 144489, da Solicitação de Auditoria Nº028/2016/AG-UFAL, a saber ‘Promover a criação de indicadores da extensão para medir o atingimento efetivo das metas previamente acordadas’, que concedeu prazo para que fossem implementados.

Em 2018, realizaram-se reuniões em Arapiraca com os coordenadores de extensão dos Campi do Interior; em Maceió, no Campus. A. C. Simões, e com a equipe da Proex expondo e discutindo-os um a um os indicadores, e as possibilidades de a UFAL defini-los, assim como formas de acompanhamento e fontes de dados auditáveis.

Com o processo de elaboração do novo PDI (2019-2023), cuja metodologia permitiu amplo debate nos três Campi da Ufal, em reuniões com os diretores, com a subcomissão da Proex, com o comitê assessor de extensão, e audiência pública, tendo como resultado a definição de indicadores e metas, através de um processo de construção coletiva que reforça a legitimidade do trabalho desenvolvido e seu respectivo resultado.

Sobre objetivos e metas do novo PDI (2019-2023)

Quanto aos objetivos estratégicos, estes ficaram definidos da seguinte maneira, e os indicadores são imprescindíveis para observar as aproximações e distanciamentos que a instituição se encontra em relação a estes objetivos:

<p>1) Ampliar o alcance e o impacto social das ações de extensão integrada ao ensino e à pesquisa.</p>	<p>Efetivar ações que garantam a ampliação do alcance e impacto social das ações de extensão, construindo relações mais efetivas com outros setores da sociedade, tais como comunidades tradicionais, movimentos sociais, escolas públicas etc., em variados municípios, ampliando o diálogo e a consequente construção de um perfil profissional que tenha elementos para atuar de forma ética, tecnicamente competente, e politicamente comprometida com as áreas de grande pertinência social (necessidades das populações com maior vulnerabilidade social), tendo como pano de fundo uma realidade complexa e contraditória do ponto de vista dos índices de desenvolvimento humano.</p>
<p>2) Desenvolver os aspectos pedagógico, formativo e organizativo a partir das diretrizes institucionais para a extensão da Ufal.</p>	<p>Desenvolver aspectos de organização institucional interna, que permitam o desenvolvimento da extensão, tais como novas políticas, resoluções, procedimentos, criação e/ou alteração de fluxos, produção de instruções normativas, de materiais didáticos que auxiliem na compreensão do que é a extensão no processo formativo, dentre outras ações que objetivam ampliar o grau de organização, de consolidação, de alterações qualitativas significativas dessas atividades de caráter acadêmico na cultura universitária, buscando sua valorização como um importante componente formativo e canal de diálogo científico e cultural com outros setores da sociedade.</p>

Os objetivos estratégicos expressam e dialogam com a concepção didático-pedagógico da extensão posta no PPI, que se fundamenta:

a) Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Artigo 207, e assegura que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

b) Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que reitera e amplia o disposto na Constituição de 1988, destacando a função social da extensão, a saber: No Art. 43, que explicita a finalidade da educação superior: “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”; “VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”; Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, (...).

c) No Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que propõe assegurar no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; E nas

Resoluções 65/2014 e 04/2018 Consuni/Ufal que tratam deste assunto, a primeira indicando esta necessidade, e a segunda implementando a extensão como componente curricular nos cursos de graduação da Ufal.

d) Na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018- Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

e) Na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU, 2012) que vem sendo elaborada desde 1987 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, que elaborou e aprimorou o conceito de Extensão Universitária, que sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, assim como também com nas Diretrizes para Ações de Extensão Universitária (PNEU, 2012, p.28).

f) Resolução 65/2014-CONSUNI/UFAL, na qual constam as diretrizes e os princípios da UFAL. Em seu Artigo segundo, constata-se que: As atividades de Extensão reger-se-ão na Universidade Federal de Alagoas, pelas seguintes diretrizes: I - Interação Dialógica; II - Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; III - Indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; IV - Impacto na Formação do discente; V - Impacto e Transformação Social. Já no Artigo terceiro, explicita-se o conceito de Extensão Universitária, sob a égide dos seguintes princípios gerais: I - O desenvolvimento da ciência, da arte e da tecnologia deve alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País; II - A Universidade como partícipe da sociedade, deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão, sem isolar-se numa postura de detentora de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade; III - A Universidade deve colaborar com os movimentos sociais, no âmbito de ações que visem à superação das atuais condições de desigualdades e exclusão existentes no Brasil; IV - A ação cidadã da Universidade implica na efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeitos desse conhecimento, tendo, portanto, plenos direitos de acesso às informações resultantes dessas pesquisas; V - A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania; VI - A sistematização das ações de extensão em programas deve ser priorizada como metodologia para o cumprimento das diretrizes de impacto, interação social dialógica e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino/pesquisa.

g) Resolução Consuni/Ufal 04/2018, que regulamenta ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Ufal. Neste documento, está firmado o compromisso já exposto na Resolução Consuni Ufal 65/2014, no Capítulo VII da Avaliação, Art. 32 - A avaliação da Extensão Universitária no âmbito da UFAL levará em conta a abordagem conjunta e integrada dos seguintes aspectos: I - O compromisso institucional com a estruturação e efetivação das ações de extensão, traduzido por apoio financeiro, recursos humanos e pela efetividade da extensão como componente curricular nos Projetos Político-Pedagógico dos Cursos.

Além disso, para a definição dos objetivos e metas, foi realizado um mapeamento dos aspectos que foram acumulados institucionalmente acerca da extensão, através do disposto nos relatórios de gestão dos últimos cinco anos (referentes ao último PDI 2013-2018); os desafios para a extensão identificados por meio das reuniões ordinárias do Comitê Assessor de Extensão da Ufal, que de acordo com a Resolução 65/2014, Artigo 33, deve desenvolver processos, instrumentos e indicadores de avaliação da extensão junto à Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFAL; das exigências

legais e dos órgãos de controle acerca da transparência nos processos e procedimentos institucionais, da necessidade da definição de indicadores que possibilite uma avaliação sistemática a partir de dados auditáveis. Assim, ampliar o alcance das ações de extensão na Ufal, de forma integrada ao ensino e a pesquisa, e implementar o disposto nas diretrizes para a extensão na Ufal, sintetiza na forma de objetivos, as necessidades a serem perseguidas institucionalmente.

1. INDICADORES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Quanto à extensão na Ufal, para a definição de ações e metas, se fez necessário por um lado, buscar os estudos acerca de indicadores de extensão no Brasil, e por outro, verificar quais destes indicadores se alinham aos objetivos estratégicos definidos, assim como verificar quais destes tem o registro no sistema em uso, que permita o acompanhamento institucional de dados auditáveis.

Para tanto, dois documentos foram tomados como referência:

- Relatório do Grupo de Trabalho Indicadores (GTI), 2015¹, grupo pertencente ao Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração – Forplad, que apresenta dezesseis (16) indicadores de extensão que dialogam com aspectos administrativos e acadêmicos;

- Relatório de pesquisa 2017 do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior - Forproex, intitulado “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”², que sistematizou o resultado em uma relação geral de indicadores, agrupados em cinco dimensões de avaliação da Extensão Universitária, propondo uma “Base de referência nacional de indicadores de extensão”, a saber: a) Indicadores de Política de Gestão (PG), nesta dimensão foram definidos 13 indicadores; b) Indicadores de Infraestrutura (Infra), nesta dimensão foram definidos oito (08) indicadores; c) Indicadores de Plano Acadêmico (PA), para esta dimensão foram definidos nove (09) indicadores; d) Indicadores de Relação Universidade – Sociedade (RUS), nesta dimensão foram definidos oito (08) indicadores; e) Indicador de Produção Acadêmica (Prod), para esta dimensão foram definidos nove (09) indicadores.

Cabe pontuar que essas cinco dimensões citadas, são as dimensões de avaliação que caracterizam a extensão universitária: Política de Gestão; Infraestrutura; Plano Acadêmico; Relação Universidade-Sociedade; e Produção Acadêmica. Estas são conceituadas como:

- **A política de gestão** contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da universidade incorpora a função extensionista. - **A dimensão infraestrutura** informa sobre as condições físicas e gerenciais, reais, de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas. - **O plano acadêmico** analisa as possibilidades de incorporação da extensão na vida acadêmica, valorizando as experiências desenvolvidas pelo conjunto de participantes na ação extensionista (professores, funcionários e estudantes). - **A relação universidade-sociedade** revela de que modo as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a universidade interage no sentido de transformações recíprocas. - **A produção acadêmica** trata da captação dos produtos resultantes da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimentos e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido. (FORPROEX, 2001, p.50-51, grifos nossos).

Vale ressaltar que o estudo do Forproex considerou os indicadores do Forplad, e que na Ufal, conforme indicado, buscamos identificar, com base no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, no que se refere à extensão, indicadores que o sistema acadêmico em uso na Ufal possa nos fornecer dados seguros. Após as consultas públicas e às unidades acadêmicas acerca dos objetivos estratégi-

¹ Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/indicadores_do_forplad.pdf>

² Disponível em: <[file:///C:/Users/joelm/Downloads/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK_unlocked%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/joelm/Downloads/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK_unlocked%20(1).pdf)>

cos, e após um debate preliminar com o Comitê Assessor de Extensão da Ufal acerca desses indicadores, identificamos a necessidade de inclusão de outros aspectos, relativos à: valorização da extensão na progressão funcional, nas avaliações de estágio probatório, e nos baremas para concurso docente. Além disso, a importância de aprimorar as ferramentas tecnológicas institucionais, a exemplo do SIGAA, módulo de extensão, para dinamizar o registro das ações de extensão no sistema. Outros aspectos apontados como necessidade, acumulados nos debates do Comitê, é a definição do papel do coordenador de extensão nas Unidades, o desenvolvimento de uma política de transportes, e de uma política de financiamento da Extensão.

Nesse sentido, buscamos a definição dos indicadores, para que institucionalmente a extensão se desenvolva nos aspectos apontados:

Objetivo 1: Ampliar o alcance e o impacto social das ações de extensão integrada ao ensino e à pesquisa

INDICADORES	SITUAÇÃO EM 2018	META GERAL
Número de ações de extensão	824 ações	12. Ampliar em pelo menos 55 o número de ações, totalizando 879 ações ou mais até 2023 ³ .
Número de projetos de extensão	342 projetos	13. Ampliar em pelo menos 22 projetos e chegar a 364 projetos ⁴ .
Número de eventos de extensão	175 eventos	14. Ampliar em pelo menos 15 eventos e chegar a 190 ou mais ⁵ .
Número de cursos de extensão	236 cursos	15. Ampliar em pelo menos 15 cursos e chegar a 251 ⁶ .
Número de programas de extensão	6 programas	16. Ampliar para 100 programas ⁷ .
Número de produtos acadêmicos da extensão	2 produtos	17. Ampliar para 82 produtos ⁸ .
Periodicidade semestral das edições da Revista Extensão em Debate (RED).	2 edições	

³ Considerando a implementação da extensão como componente curricular obrigatório que ampliará o número de ações; considerando os Campi, Unidades Educacionais e Pólos EAD em diferentes municípios; considerando que na série histórica se chegou a 967 ações em um ano. Considerando as ações em torno do financiamento e melhoria da infraestrutura; etc.

⁴ Acompanhar o crescimento do item “ações de extensão” visando chegar aos 60% (Acréscimo de 27.150 ao público total para programas e projetos). Considerando a inserção da extensão como componente curricular, a obrigatoriedade de cada curso ter pelo menos dois projetos de extensão; Considerando os 100 cursos da UFAL.

⁵ Acompanhar o crescimento do item “ações de extensão” visando chegar aos 60% (Acréscimo de 4.505 ao público total para cursos e eventos). Considerando que na série histórica já se alcançou 439 eventos cadastrados. Ampliar o cadastro de eventos no SIGAA, pois muitos ocorrem e não são cadastrados na instituição.

⁶ Considerando a expansão de cursos já existentes na capital para os Campi e Unidades Educacionais do Interior.

⁷ Considerando a inserção da extensão como componente curricular, a obrigatoriedade de cada curso ter pelo menos um programa de extensão; Considerando os 100 cursos da UFAL.

⁸ 10% das ações de extensão. Significa ampliar para 82 produtos. Considerando que se elaboram diversos produtos, porém não são registrados no módulo de extensão do SIGAA.

Taxa de Inclusão de População Vulnerável às Ações Extensionistas (TIVEx) ⁹ .	65 ações	18. Passar de 65 para 412 ações (50% do total de ações em 2018) voltadas para populações vulneráveis ¹⁰ .
Ações de extensão dirigidas às escolas públicas.	177	19. Ampliar em 63 o número de ações dirigidas às escolas públicas, chegando a 240 em 2023 ¹¹ .
Municípios atendidos por ações extensionistas.	47	20. Alcançar 55 municípios para se chegar aos 102 municípios alagoanos.
Articulação extensão – pesquisa.	502 ¹²	21. Ampliar em 322 o número de ações de extensão vinculadas a grupos devidamente cadastrados no CNPq.
Número de visitantes dos museus e beneficiados com equipamentos culturais.	71.578	22. Ampliar em 7.000 (sete mil) os visitantes aos equipamentos culturais até se chegar a 78 mil ¹³ .
Oferta de ações culturais para a comunidade.	116	23. Ampliar em 80 a oferta de ações culturais para a comunidade, passando de 116 para 196 ¹⁴ .
Público atingido pelas ações de extensão.	150.719	24. Aumentar em 31.651 o público atingido ¹⁵ .
Público alcançado por cursos e eventos.	21.434	26. Aumentar em 4.505 o público total.
Número de profissionais externos envolvidos na extensão.	1.538	27. Ampliar em 162 profissionais externos, passando de 1538 para 1700 (ampliar em mais um profissional em 20% do total de ações) ¹⁶ .
Ações divulgadas em meios de comunicação com a sociedade e cadastradas no Sigaa.	52 ações com o dia a dia divulgado.	28. Passar de 52 para 195 o número de ações divulgadas (pelo menos 30% das ações cadastradas no Sigaa).

⁹ De acordo com os indicadores formulados pelo FORPLAD, a interpretação de população vulnerável é: Quantidade de ações de extensão dirigidas à população em situação de vulnerabilidade social, tais como: violência, gênero, pré-universitário, dependência química, desastres naturais, pessoas deficientes, comunidades indígenas e quilombolas, discriminação. Disponível em: <http://www.uff.br/sites/default/files/indicadores_do_forplad.pdf>.

¹⁰ Considerando que 648 dessas ações são nas áreas de Educação, Cultura e Saúde, é possível que pelo menos 50% (324) das ações nessas áreas em alguma momento tratem desta temática. Considerando ainda a área de direitos Humanos e Justiça com 31 ações, essa meta pode ser alcançada; Considerando como uma das ações, incluir esse critério com maior peso na seleção dos projetos de editais de bolsas da PROEX.

¹¹ Considerando a implementação da extensão como componente curricular obrigatório que ampliará as ações em áreas de grande pertinência social; Considerando que são 100 cursos de graduação presenciais, fora EAD; Considerando como uma das ações, incluir esse critério com maior peso na seleção dos projetos de editais de bolsas da PROEX; é possível avançar para que pelo menos 50% das ações em algum momento dirijam atividades às escolas públicas.

¹² Provavelmente, esse número seja ainda maior, basta que no momento do cadastro da ação o coordenador mencione esta informação. A ação de incentivar as ações de extensão para os grupos de pesquisa são necessárias para ampliar o impacto social dos resultados das pesquisas.

¹³ Considerando as ações para ampliação da divulgação; ações dirigidas às escolas públicas que devem crescer, por exemplo: um cálculo de duas turmas de escolares com 35 crianças a mais que o já posto, por mês, em 10 meses, são 7000 escolares (uma simulação); a abertura dos museus aos fins de semana; o projeto arte todos dia que ampliará a circulação dos equipamentos.

¹⁴ Considerando o projeto arte todo dia; considerando a reforma prevista para conclusão em 2019 do auditório do espaço cultural; considerando a ampliação do registro do que já se faz no SIGAA; considerando a abertura de equipamentos e espaços de convivência onde estas atividades podem se desenvolver; etc.

¹⁵ Hoje se atinge uma média de 39% do público estimado. Ampliar em 21%, chegando a 60% do público. Hoje se atinge uma média de 39% do público estimado. Ampliar em 21%, chegando a 60% do público. Atuar nos meios de comunicação e divulgação para os públicos das ações.

¹⁶ Considerando que em 2018 houve 176 eventos, e na série histórica chegou-se a 439; Considerando o aumento no número de registros de eventos que já ocorrem e não são registrados; entre outros fatores. Os índices são respectivamente: 2,74 profissionais por projeto; 2,68 profissionais por evento (pode crescer considerando externos do próprio estado, outros órgãos públicos e IES); e 0,68 por curso (pode crescer também). Esse indicador sinaliza para a ampliação de parcerias interinstitucionais, intercâmbio e redes entre grupos de estudos e pesquisas etc.

	459 matérias; 734 postagens em rede social	
Número de estudantes participantes de ações de extensão.	5.735	29. Duplicar a quantidade de estudantes extensionistas, chegando ao menos a 11.470 em 2023 ¹⁷ .
Número de docentes extensionistas.	531	30. Ampliar em 160 o número de docentes extensionistas, chegando ao menos a 691 em 2023 ¹⁸

Objetivo 2: Desenvolver os aspectos pedagógicos, formativo e organizativo a partir das diretrizes institucionais para a extensão da Ufal

INDICADORES	SITUAÇÃO EM 2018	META GERAL
Número de técnicos extensionistas.	441	31. Ampliar em 88 técnicos atuando na extensão, chegando a 529 ¹⁹ .
Número de ações de extensão no âmbito da cultura corporal, esportiva e de lazer e número de participantes nessas ações.	6 ações em 2 campi 530 participantes	32. Ampliar em pelo menos 13 a oferta de ações e em 570 o número de participantes.
Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária.	3 resoluções. (nº 65/2014, nº 4/2018 e nº 75/2018).	33. Elaborar quatro novas instruções normativas de forma a atender as diretrizes para a extensão na Ufal.
Nível de inclusão da extensão nos currículos.	46 novos PPCs	34. Ofertar 100 cursos até 2020, conforme Resolução nº 4/2018- CONSUNI/UFAL.
Capacitação em extensão para a comunidade acadêmica.	Um curso, com oito turmas ofertadas, nos Campi e Ues.	35. Promover 2 cursos ao ano nos Campi e Unidades Educacionais ²⁰ .
Ações para a internacionalização da extensão.	3 ações (PLEI; CCC; CCEC).	36. Ampliar para, ao menos, mais uma ação ao ano, totalizando cinco novas ações.
Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária.	3 resoluções (nº 65/2014, nº 4/2018 e nº 75/2018).	37. Elaborar quatro novas instruções normativas de forma a atender as diretrizes para a extensão na Ufal.

¹⁷ Ampliar em 20% ao ano o número de estudantes extensionistas; duplicar o número de estudantes nessas atividades, considerando a inserção da extensão como componente curricular, a obrigatoriedade para todos os estudantes que ingressarem a partir da aprovação dos novos PPCs de cursar este componente curricular; considerando a quantidade de estudantes ingressantes a cada semestre que é de cerca de 2.750, em cinco anos serão 27.520 estudantes que ingressarão gradativamente, significa que a meta é atingível (11.470 será 41% dos estudantes da graduação).

¹⁸ Ampliar em 30% o número de docentes envolvidos em ações de extensão na Ufal, 235 a mais, são, em média, dois professores a mais por curso, considerando os 100 cursos de graduação. É importante lembrar que, dos 1.672 docentes da Ufal, 1619 atuam na graduação, e 516 na pós-graduação. A meta é que se amplie o número de docentes que atuam na extensão, considerando a inserção da extensão como componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Desta forma a meta será atingida na medida em que a distribuição do trabalho se dê de forma mais equitativa e a maior parte dos docentes possam colaborar com a oferta de ações de extensão.

¹⁹ Ampliar em 20% de técnicos envolvidos em ações de extensão na Ufal. Considerando que a Ufal tem 1.770 servidores técnicos administrativos, sendo que destes, 1.409 tem formação em nível superior (611 graduação; 446 especialização; 191 mestrado; e 31 doutorado). Considerando a participação do técnico como critério para a provação de ações de extensão; considerando as políticas institucionais de incentivo a participação em ações de extensão.

²⁰ Foi realizado o curso sobre a Curricularização da extensão, nos três Campi com 8 turmas no Geral. Outro curso que deve ocorrer anualmente é sobre o uso do SIGAA.

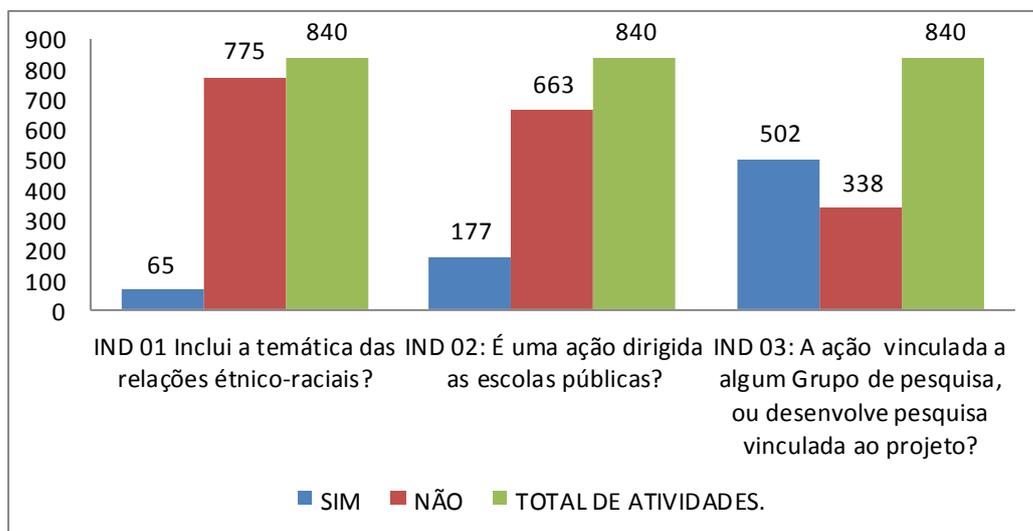
Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira, ingresso por concurso público e estágio probatório.	Normatizações sobre: Carga Horária Docente; progressão na carreira; barema para concurso público.	38. Aprovar três resoluções que valorizem a extensão em diferentes instrumentos avaliativos do trabalho na Universidade.
Representação da sociedade na IES.	Resolução nº 65/2014 (composição do comitê assessor de extensão) Neab <i>Campus A.</i> C. Simões.	39. Elaborar duas instruções normativas para ampliar a representação da sociedade na IES.
Produção de materiais para instrumentalização da extensão.	81 artes e 5 infográficos.	40. Produzir pelo menos 10 vídeos e 10 cartilhas/folders/manuais com temas sobre Extensão.
Logística de transporte de apoio à extensão.	Solicitação por livre demanda.	41. Produzir uma instrução normativa sobre extensão.
Acesso e transparência das ações extensão.	Página da Ufal – aba extensão no Sigaa Site da Ufal – aba extensão – item ações. Relatórios fechados no Sigaa Não há seção “extensão” no Sibi Páginas das UAs e dos <i>Campi</i> .	42. Ampliar em 100% o acesso às informações sobre a extensão no site da Ufal ²¹ .
Sistema informatizado de apoio à extensão.	Módulo de extensão do Sigaa.	43. Ajustar o sistema aos fluxos e organização política e pedagógica da UFAL ²² .
Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais	Caixas de som, mesa de som, microfones, tendas, entre outros.	44. Ampliar a diversidade e quantidade de equipamentos para eventos culturais.

²¹ Ampliar a variedade de mídias e número de matérias, textos, vídeos, comunicações, postagens em geral para redes sociais, site da Ufal, e páginas dos equipamentos culturais, de ações de extensão cadastradas no SIGAA. Attingir 30% das ações cadastradas no SIGAA (23,69% a mais), o que significa 195 ações. Foram 52 ações de extensão que tiveram seu dia a dia divulgados. Considerando as 824 ações de extensão de 2018 (116 só de ações culturais), há ampla possibilidade de attingir a meta. Considerando que nossa meta é que 100% de ações de extensão que são realizadas e não cadastradas no módulo de extensão do SIGAA o seja. O que significa ampliar o número de registros de ações de extensão. Considerando a ofertas de cursos para lidar com o sistema; considerando a elaboração de cartilha sobre o uso do sistema.

²² Considerando as necessidades acumuladas nos quatro primeiros anos de uso. Considerando o novo contrato de manutenção, realizar as customizações necessárias para incluir os indicadores de extensão da Ufal no sistema de forma que seja gerados relatórios automaticamente.

Política para o financiamento da extensão na Ufal	Resoluções n° 65/2014 (diretrizes da extensão) e 75/2018 (concessão de bolsas para servidores)	45. Desenvolver a política de financiamento da extensão na Ufal
Parcerias interinstitucionais	Desconhecido	46. Ampliar o número de parcerias em 20%, tomando como referência os dados do primeiro ano.
Avaliação da inserção da extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Ufal	As primeiras ações foram implementadas em 2019	47. Realizar evento sobre a inserção da extensão como componente curricular obrigatório nos cursos de Graduação da Ufal.
Construções e reformas na infraestrutura que favoreçam a extensão na Ufal	Auditório do Espaço Cultural; Ginásio de Esportes e Bloco de Laboratórios dos cursos de licenciatura do <i>Campus</i> de Arapiraca.	48. Ampliar de 3 para 10 o número de setores em processo de reforma ou construção

Observando os desafios em acompanhar alguns indicadores qualitativos, a equipe da Proex fez o levantamento de três destes nas ações, um estudo piloto do acompanhamento institucional. A seguir um exemplo que demonstra a dinâmica dos indicadores em todas as ações do ano de 2018:



O quadro acima é uma síntese geral destes indicadores, mas a coleta das informações foi realizada em todos os tipos de ações, porém de forma manual pela equipe do setor de projetos. É um desafio a customização do sistema, que possibilitará o acompanhamento pedagógico sistemático e verificação do cumprimento das diretrizes da extensão na UFAL (Conforme Resolução 65/2014). Do ponto de vista Nacional, o FORPROEX vem trabalhando junto à comissão do Forplad na Andifes para que a extensão possa compor a matriz orçamentária.

2. SÉRIE HISTÓRICA DE INDICADORES DA EXTENSÃO NA UFAL

Esta série histórica toma como ponto de partida os indicadores já consolidados nos relatórios de gestão entre os anos de 2013 a 2018, e complementado pelos dados dos relatórios dos Equipamentos Culturais, além daqueles gerados pelo módulo de extensão do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), sistema em uso desde dezembro de 2015. Neste sentido, os novos indicadores, terão seu mapeamento realizado a partir de 2018, firmando novos parâmetros (uma proposta está explicitada no quadro em anexo). Estão destacadas na planilha o maior número atingido pelos indicadores cujos dados estão disponíveis, que podem nos sinalizar e perspectivar as novas metas.

2.1. Tipos de ações e áreas temáticas

A Extensão A Universidade Federal de Alagoas é organizada por tipos de ações de extensão, a saber: programa, projeto, evento, cursos de extensão e produto acadêmico, conforme resolução 65/2014²³, e registro no sistema em uso, o SIGAA – Módulo de Extensão; e desenvolvida nas oito áreas temáticas classificadas na PNEU/Forproex 2012: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

- Por Programa de Extensão entende-se um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, que possuem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente integrando as ações de pesquisa e de ensino.

- Projeto é um conjunto de atividades processuais e contínuas, de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico, com objetivo definido e prazo determinado.

- O Curso é uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos.

- Evento é uma ação pontual de divulgação do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico, filosófico, político e tecnológico desenvolvida ou reconhecida pela Universidade, ou direcionada ao público alvo específico, que pode ou não integrar programas e/ou projetos de extensão.

- Produção e Publicação em Extensão constituem-se em produtos acadêmicos e publicações que instrumentalizam ou são decorrentes das ações de extensão, para a difusão e divulgação cultural, artística, filosófica, política, científica e tecnológica.

Relatório Geral de Ações por área - 2013 a 2018						
Áreas temáticas	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Comunicação	27	23	8	28	43	31
Cultura	147	104	41	187	258	231
Direitos Humanos e Justiça	46	60	15	50	55	26
Educação	464	241	137	226	343	205

²³ Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>.

Meio Ambiente	31	48	15	60	62	47
Saúde	154	179	103	194	259	149
Tecnologia e produção	54	37	30	79	75	43
Trabalho	44	51	24	18	25	17
Total de ações:	967	743	373	551	761	749

Fonte: Relatórios de gestão 2013, 2014, 2015. Relatórios fornecidos pelo módulo de extensão no SIGAA 2016 e 2017.

Quanto às áreas temáticas, ver mais no item “4 – Organização Didático-Pedagógica”, e ver suas definições no anexo deste documento.

2.2. Número de municípios atingidos pelas ações de extensão

Alagoas, conta com 102 municípios, estando a UFAL em oito deles (Maceió, Arapiraca, Penedo, Palmeira dos Índios, Viçosa, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Rio Largo) com três Campi, e cinco unidades fora de sede, as quais vão desde a região do Sertão, até o litoral na capital alagoana. Além disso, a UFAL oferta cursos de Educação a Distância (EaD), através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), os quais abrangem todas as regiões geográficas alagoanas, estando presente com polos em 10 municípios: Maceió, Arapiraca, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Penedo, Olho d'água das Flores, Maragogi, Matriz do Camaragibe e São José da Laje, com novos cursos previstos para um novo polo na cidade de Cajueiro.

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de municípios abrangidos pelas ações de extensão.	15	15	7	11	41	47

Fonte: Relatórios de gestão 2013, 2014, 2015. Relatórios fornecidos pelo módulo de extensão no SIGAA 2016 e 2017.

2.3. Número de visitantes dos museus e equipamentos culturais da Ufal

Atualmente a Ufal conta com os seguintes equipamentos culturais em funcionamento: Museu Theo Brandão de Antropologia e Folclore; Museu de História Natural; Pinacoteca Universitária; Usina Ciência; Orquestra Sinfônica Universitária; Corufal; Corpo Cênico; e Grupo de Cultura Negra Abí Axé Egbé.

Descrição da meta	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de visitantes dos museus e equipamentos culturais.	58.809 ⁱ	67.737 ⁱⁱ	20.299 ⁱⁱⁱ	35.065 ^{iv}	34.320 ^v	71.578 ^{vi}

Fonte: Relatórios de gestão 2013, 2014, 2015. Relatórios fornecidos pelo módulo de extensão no SIGAA 2016 e 2017. Relatório anual dos equipamentos culturais da Ufal.

2.4. Demais indicadores

Neste item, encontram-se os dados dos indicadores disponíveis.

Descrição da meta	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Quantidade de oferta de ações culturais para a comunidade;	147	104	41	119	196	51
Número de projetos de extensão;	293	231	106	277	332	341
Número de eventos de extensão;	439	276	143	123	155	173
Número de cursos de extensão;	172	173	92	120	203	235
Número de programas de extensão;	51	55	31	04	05	06
Número de PPCs avaliados, com a inclusão da extensão como componente curricular.	--	--	02	--	22	42
Número de alunos extensionistas na UFAL.	2380	2754	1590	3408	4457	5.121
Número de professores extensionistas na UFAL.	789	678	439	683	563	1.603
Número de técnicos extensionistas na UFAL.	178	148	49	199	310	413
Público atingido pelas ações de extensão na UFAL.	146.965	165.739	30.583	82.699	111.818	179.333

Fonte: Relatórios de gestão 2013, 2014, 2015. Relatórios fornecidos pelo módulo de extensão no SIGAA 2016, 2017 e 2018 Relatório anual dos equipamentos culturais da Ufal. Dados da PROEX.

No geral, quatro aspectos são importantes para serem verificados quanto aos dados apresentados, a fim de compreender a dinâmica de oscilação que podem contribuir para gerenciar os riscos, entre estes:

- a) Um se refere à implantação do módulo de Extensão SIGAA, que se deu em dezembro de 2015. Esta implantação mudou significativamente o fluxo das ações e a cultura acadêmica de registro das ações, que encontrou dificuldades, uma vez que requer o domínio da nova plataforma por parte da comunidade acadêmica. Desta forma, muitas ações, apesar de terem ocorrido, não foram registradas no sistema. A instituição vem investindo nos cursos de formação para que ao longo do tempo, a comunidade se aproprie desta nova ferramenta. Tem sido verificado, que desde a implantação do módulo, a tendência tem sido o aumento no registro das ações (verificar 2016 e 2017), porém ainda há uma margem que permite ampliar o número de ações registradas.
- b) Oscilação na periodicidade da oferta de financiamento e Editais de financiamento externo, e interno; Quanto ao financiamento externo, como exemplo, podemos citar a existência do Edital do Proext/MEC/SeSu, que financiava projetos e programas de extensão de todo o país, e que foi extinto em 2016.
- c) A inclusão da extensão como componente curricular obrigatório nos currículos dos cursos tende a ampliar: a) Número de programas, que serão no mínimo um por curso, portanto, a Ufal chegará a, no mínimo, 99 programas em 2020; b) Número de estudantes, docentes e técnicos envolvidos tende a aumentar significativamente. Quanto aos estudantes a tendência, em quatro anos é que esse número seja proporcional ao número de ingressantes, uma vez que todos os estudantes devem cursar o componente curricular da extensão para integralizar seu curso.

- d) O fechamento temporário da exposição permanente do Museu Theo Brandão de Antropologia e Folclore entre 2015 e 2017; o fechamento temporário do Museu de História Natural em 2015, tendo em vista sua mudança para o novo prédio no início de 2016, também são fatores que implicaram em oscilação dos dados apresentados. Atualmente os museus encontram-se abertos e em plena atividade. Além do fechamento da exposição permanente da Pinacoteca que reabriu em 2018.

São diversos aspectos que, de forma articulada, subsidiam uma tendência de definição de metas para a ampliação do alcance da extensão que é realizada na Ufal, assim como a consolidação de processos, procedimentos organizativos, além do avanço da compreensão acerca das diretrizes e princípios para as ações de extensão na UFAL.

A definição das metas se deu considerando o número de Docentes, Técnicos Administrativos e estudantes da instituição, o número de estudantes ingressantes a cada semestre, projetando o aumento das ações conforme:

a) o aumento progressivo do número de Programas, projetos, estudantes, docentes e técnicos administrativos envolvidos com as ações de extensão a partir das mudanças curriculares nos projetos pedagógicos dos cursos, para contemplar o disposto na Resolução 04/2018 Consuni UFAL.

b) o aumento progressivo do registro institucional das ações no sistema acadêmico – SIGAA, Módulo de Extensão.

c) o avanço nas políticas de financiamento da extensão;

d) o avanço na política de compra, aquisições e serviços com o planejamento em torno do PAAC;

e) o esforço da gestão da UFAL em buscar recursos para as reformas e novas construções que venham a favorecer a ampliação de ações de extensão.

3. Organização didático-pedagógica

A organização da extensão do ponto de vista institucional se dá a partir do disposto na Resolução 65/2014 Consuni/Ufal, que dispõe sobre as diretrizes da extensão na Ufal, assim como na organização proposta pelo FORPROEX, através da Política Nacional de Extensão Universitária, na qual se baseia a resolução da Ufal.

Desta forma, além das diretrizes (já apresentadas na apresentação deste texto e no PPI - Extensão), a extensão é organizada nacionalmente em oito áreas temáticas, a saber: Educação, Saúde, Cultura, Comunicação, Trabalho, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, e direitos Humanos e Justiça. Todas as ações de extensão devem ser classificadas em uma das áreas temáticas, considerando seu foco principal, de forma a favorecer a organização e sistematização de estudos, relatórios e políticas de extensão. Em anexo, é possível verificar um quadro com a definição das áreas.

As ações, em cada área temática, devem ser executadas segundo linhas de extensão, observando e estimulando a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas, e tem especial importância para a nucleação das ações de extensão – ou seja, a construção de programas. De acordo com a PNEU, as linhas de extensão não são, necessariamente, ligadas a uma área temática em especial. Por exemplo, ações relativas à linha de extensão “Inovação Tecnológica” podem ser registradas na área temática Saúde, ou Educação, ou Trabalho, ou mesmo Tecnologia, dependendo do tema em questão. Em anexo é possível verificar um quadro com as linhas de extensão e descrições que discriminam formas de operacionalização mais comuns; essa descrição é apenas uma “ajuda”, para melhor identificação da linha à qual a ação se vincula.

Outro aspecto importante da organização das ações, é por tipo de ação: eventos, cursos de extensão, projetos, produtos e programas. As definições destes elementos se encontra na Resolução 65/2014 Consuni/Ufal. Quando inseridos nos PPCs, as ações de extensão são denominadas de ACE – Ações Curriculares de Extensão. Cada curso deve apresentar no mínimo um programa e dois projetos de extensão para torná-los componentes curriculares obrigatórios à formação profissional

do curso.

Considerações Finais

O processo de definição, estudo, acompanhamento, sistematização de indicadores na Ufal foi iniciado, e deve continuar tendo em vista as atuais definições de ações do FORPROEX. A perspectiva é que o conjunto das IPES se valha de indicadores básicos para que seja possível a atuação junto à ANDIFES no sentido de incluir a extensão na matriz de cálculo para distribuição de recursos das Universidades. Isto porque foi feita uma proposta junto a comissão da Andifes, porém se constatou que as universidades não tinham o acompanhamento sistemático e com unidade de conceitos dos dados sobre a extensão. O desafio está posto para que no próximo período a Ufal possa aprimorar seus indicadores de extensão.

A avaliação dos indicadores se pauta no âmbito do que é registrado no módulo de extensão no SIGAA; assim como a avaliação dos novos Projetos Pedagógicos de Curso que contemplem a extensão como componente curricular obrigatório, de acordo com a Resolução CONSUNI/Ufal 04/2018 e IN 01/2019 Proex/Ufal.

Cabe ressaltar que a elaboração dos relatórios anuais dos equipamentos culturais, programas e projetos, assim como o compromisso das coordenações com o seu registro institucional no módulo de extensão no SIGAA, são fundamentais para as avaliações institucional e pedagógica visando o avanço nas políticas que favoreçam a extensão na Ufal.

ANEXO A – Descrição dos indicadores

INDICADORES	Metas 2019 - 2023
Ações de extensão que incluem a temática das relações étnico-raciais e populações vulneráveis (FORPLAD).	Ampliar o número de ações de extensão que incluam a temática das relações étnico-raciais, tomando como referência o ano de 2019.
Ações de extensão dirigidas às escolas públicas (IBEU);	Ampliar o número de ações de extensão para e em escolas públicas, tomando como referência o ano de 2019.
Número de ações de extensão por áreas temáticas (UFAL/SIGAA/PNEU);	Ampliar o número de ações de extensão nas áreas temáticas definidas na PNEU/Forproex: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho.
Articulação extensão – pesquisa (IBEU).	Ampliar o número de ações que articulam essas suas dimensões da formação, tomando como referência o ano de 2019.
Municípios atendidos por ações extensionistas (IBEU).	Ampliar o número de municípios atendidos por ações extensionistas (IBEU).
Número de visitantes dos museus e equipamentos culturais (UFAL);	Ampliar o número de visitantes dos museus e equipamentos culturais (UFAL).
Oferta de ações culturais para a comunidade.	Ampliar a oferta de ações culturais para a comunidade.
Público atingido pelas ações de extensão na UFAL (UFAL, SIGAA).	Ampliar o público geral atingido pelas ações (cursos, eventos, projetos, programas) de extensão na UFAL (UFAL, SIGAA).
Público alcançado por programas e projetos (IBEU).	Ampliar o público alcançado por programas e projetos (IBEU);
Público alcançado por cursos e eventos (IBEU).	Ampliar o público alcançado por cursos e eventos (IBEU);
Envolvimento de profissionais externos na extensão (IBEU);	Ampliar o envolvimento de profissionais externos na extensão (IBEU);
Meios de comunicação com a sociedade (IBEU).	Ampliar a diversidade e o alcance das mídias institucionais utilizadas pela PROEX na comunicação: sites, redes sociais, jornais, rádios, tv, outras, visando ampliar o número de comunicações, textos, relatórios, acerca da extensão da Ufal.
Ampliar a taxa de alunos extensionistas na UFAL (Forplad).	Ampliar a proporção de estudantes que fazem extensão em relação ao total de estudantes da Ufal. (Ampliação prevista com a curricularização da extensão, considerando a média do número de alunos da graduação ingressantes ao ano, a partir de 2019 quando haviam 42 novos PPCs aprovados que incluem a extensão como componente curricular obrigatório).
Ampliar a taxa de professor extensionista na UFAL (Forplad).	Ampliar a proporção de docentes que fazem extensão em relação ao total de docentes da Ufal.
Ampliar a taxa de técnico extensionista na UFAL (Forplad).	Ampliar a proporção de servidores técnicos que fazem extensão em relação ao total de técnicos da Ufal.
Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária (IBEU).	Identificar na IES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações. Acompanhar a implementação dos comitês locais de extensão nas Unidades. Avaliar as ações para a normatização das atribuições do comitê assessor nas unidades e na Universidade.
Nível de inclusão da extensão	Implantar ações de extensão como componente curricular nos

nos currículos (IBEU).	cursos de graduação da UFAL;
Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica (IBEU).	Avaliar a participação em treinamentos em extensão de docentes, técnicos e alunos de modo a despertar o interesse pela prática extensionista, visando à formação para a atuação em ações de extensão na UFAL.
Ampliar o número de projetos de extensão (UFAL, SIGAA).	Avaliar o crescimento do número de projetos de extensão na instituição;
Ampliar o número de eventos de extensão (UFAL, SIGAA).	Avaliar o crescimento do número de eventos de extensão na instituição;
Ampliar o número de cursos de extensão (UFAL, SIGAA).	Avaliar o crescimento do número de cursos de extensão na instituição;
Ampliar o número de programas de extensão (UFAL, SIGAA).	Avaliar o crescimento do número de programas de extensão na instituição;
Ampliar o número de produtos acadêmicos da extensão (UFAL, SIGAA).	Avaliar o crescimento do número de produtos acadêmicos de extensão na instituição;
Implantar ações para a internacionalização da extensão.	De acordo com a Resolução Consu/Ufal nº16/2018 (Plano Institucional de Internacionalização no âmbito da UFAL). (UFAL/ASI);
Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira (IBEU).	Avaliar as ações para implementar o critério na promoção da carreira, nas avaliações de estágio probatório, e nos baremas para concurso (UFAL/Novo);
Representação da sociedade na IES (IBEU);	Aprimorar o protagonismo da comunidade no desenvolvimento da extensão universitária, com a criação de fóruns sociais temáticos, e conselho social consultivo da Ufal.
Produção de materiais para instrumentalização da extensão (IBEU).	Identificar a produção de materiais para orientação e apoio ao desenvolvimento das ações de extensão: livros, manuais, cartilhas, outros.
Logística de transporte de apoio à extensão (IBEU).	Avaliar a capacidade de atendimento de demandas de transporte para as ações de extensão, em parceria com o setor de transporte.
Acesso e transparência das ações extensão (IBEU).	Identificar a existência de bases de dados e de ações de extensão disponíveis para consulta pública.
Sistemas informatizados de apoio a extensão (IBEU).	Identificar a existência de infraestrutura de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a extensão: inscrição, acompanhamento e controle, prestação de contas das ações. Aprimorar o módulo de extensão no SIGAA e uso.
Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais (IBEU).	Avaliar a disponibilidade de espaços culturais com infraestrutura adequada (teatros, salas de exposição, cinemateca etc.). Acompanhar as ações para melhoria desses espaços.
Desenvolver a política para o financiamento da extensão na Ufal. (UFAL).	Avaliar ações para a construção dessa política.
Parcerias interinstitucionais (IBEU).	Identificar a proporção de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados, em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas.

ANEXO B – Fonte dos Indicadores

INDICADORES	Indicador/forma de acompanhamento	Setor responsável
Ações de extensão que incluem a temática das relações étnico-raciais e populações vulneráveis.	Módulo de Extensão do SIGAA; Será acompanhado através do item “resumo” da ação de extensão.	Setor de projetos
Ações de extensão dirigidas às escolas públicas (IBEU);	Será acompanhado através dos itens “público alvo” e “local da realização” da ação de extensão.	Setor de projetos
Número de ações de extensão por áreas temáticas (UFAL/SIGAA/PNEU);	Será acompanhado através do relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade” do Módulo de extensão do SIGAA, nas áreas comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, trabalho.	Setor SIGAA
Articulação extensão – pesquisa (IBEU);	Módulo de extensão do SIGAA, através dos itens “resumo”, “justificativa” e “metodologia”.	Setor de projetos
Municípios atendidos por ações extensionistas (IBEU).	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações por Localidade”.	Setor SIGAA
Número de visitantes dos museus e equipamentos culturais (UFAL);	Registro das Atas de visitação em cada um dos museus e equipamentos.	Relatório anual dos museus e equipamentos.
Oferta de ações culturais para a comunidade	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do NÚMERO TOTAL DE EVENTOS DESENVOLVIDOS, POR TIPO DE EVENTO E PÚBLICO PARTICIPANTE, POR ÁREA TEMÁTICA (Cultura – Enquadrar em uma categoria – tem que ter o registro).	Setor SIGAA
Público atingido pelas ações de extensão na UFAL (UFAL, SIGAA).	Módulo de extensão do SIGAA, Relatório “Total de Público Atingido com Base nos Relatórios Submetidos”.	Setor SIGAA
Público alcançado por programas e projetos (IBEU);	Módulo de extensão do SIGAA, Relatório “Total de Público Atingido com Base nos Relatórios Submetidos”, somatório dos participantes do item “Tipo Relatório”, a saber, “PROJETO”.	Setor SIGAA
Público alcançado por cursos e eventos (IBEU);	Módulo de extensão do SIGAA, Relatório “Total de Público Atingido com Base nos Relatórios Submetidos”, somatório dos participantes do item “Tipo Relatório”, a saber, “CURSO/EVENTO”	Setor SIGAA
Envolvimento de profissionais externos na extensão (IBEU);	Módulo de extensão do SIGAA, Relatório “TOTAL DE PARTICIPANTES EXTERNOS POR TIPO DE AÇÃO”.	Setor SIGAA
Meios de comunicação com a sociedade (IBEU);	Número de comunicações, textos, relatórios, matérias, publicações, acerca da extensão da Ufal nas mídias institucio-	Setor de Comunicação (Sede e CAC/PROEX).

	nais utilizadas pela PROEX na comunicação: sites, redes sociais, jornais, rádios, tv, outras.	
Ampliar a taxa de alunos extensionistas na UFAL (Forplad);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório “Relatório de Total de Discentes Participantes em equipes de projetos em Atividade de Extensão” SIGAA.	Setor SIGAA
Ampliar a taxa de professor extensionista na UFAL (Forplad);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório “Total de Docentes Participantes de Ações de Extensão” SIGAA.	Setor SIGAA
Ampliar a taxa de técnico extensionista na UFAL (Forplad);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório “TOTAL DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR TIPO DE AÇÃO” SIGAA.	Setor SIGAA
Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária (IBEU);	Acompanhar a implementação dos comitês locais de extensão nas Unidades. Ata de reunião de pleno da Unidade informando a criação, encaminhada via memorando eletrônico. Avaliar as ações para a normatização das atribuições do comitê assessor nas unidades e na Universidade.	Setor de projetos
Nível de inclusão da extensão nos currículos (IBEU);	Acompanhamento anual; número de pareceres nos PPC emitidos.	Setor de projetos
Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica (IBEU);	Busca por “Formação em Extensão”, nos relatórios de ações de extensão.	Setor SIGAA
Ampliar o número de projetos de extensão (UFAL, SIGAA);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade (SIGAA)”.	Setor SIGAA
Ampliar o número de eventos de extensão (UFAL, SIGAA);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade (SIGAA)”.	Setor SIGAA
Ampliar o número de cursos de extensão (UFAL, SIGAA);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade (SIGAA)”.	Setor SIGAA
Ampliar o número de programas de extensão (UFAL, SIGAA);	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade (SIGAA)”.	Setor SIGAA
Ampliar o número de produtos acadêmicos da extensão (UFAL, SIGAA).	Módulo de extensão do SIGAA, relatório do “Total de Ações de Extensões, por Modalidade (SIGAA)”.	Setor SIGAA
Implantar ações para a internacionalização da extensão;	Relatório ASI.	ASI/ Setor SIGAA
Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira (IBEU);	Atas de reuniões; novas resoluções e normativas acerca dos assuntos.	Gestão da Pro-ex/PROGEP
Representação da sociedade na IES (IBEU);	Atas de reuniões; relatório de eventos; novas resoluções e normativas acerca do assunto. Criação de fóruns sociais temáticos, e conselho social consultivo da Ufal.	Gestão da Pro-ex/Setor de projetos
Produção de materiais para instrumentalização da exten-	Identificar a produção de materiais para orientação e apoio ao desenvolvimento	Setor de projetos/ Setor de comunica-

são (IBEU).	das ações de extensão: livros, manuais, cartilhas, outros. Publicação da Revista Extensão em Debate.	ção
Logística de transporte de apoio à extensão (IBEU);	Número de atendimento de demandas de ações de extensão cadastradas no SIGAA.	Setor de transporte.
Acesso e transparência das ações extensão (IBEU);	Atualizações do site da Ufal, inclusão de relatórios.	Setor de comunicação.
Sistemas informatizados de apoio a extensão (IBEU);	Número de atendimentos por e-mail, telefone e presencial; número de cursos para aperfeiçoamento de uso ofertados; número de tutoriais produzidos.	Setor SIGAA
Disponibilidade de equipamentos* adequados para eventos culturais (IBEU).	Número de projetos produzidos; de solicitações de recursos.	Gestão da Proex/Gabinete da reitoria e Vice Reitoria
Desenvolver a política para o financiamento da extensão na Ufal. (UFAL)	Atas de reuniões; normativas; resoluções; e editais.	Gestão da Proex/Setor de Projetos
Parcerias interinstitucionais (IBEU).	Número de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados. Relatórios de gestão dos equipamentos culturais; Módulo de extensão do SIGAA, registro das ações, item “Resumo”.	Gestão da Proex/Setor de Projetos/Equipamentos culturais/Proginst

ANEXO C – CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS

(Fonte: Sistema de dados e informações e RENEX - Rede Nacional de Extensão)

Número	Denominação	Definições
I	Comunicação	Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.
II	Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores de políticas públicas; cooperação interinstitucional e cooperação Internacional na área; cultura e memória social.
III	Direitos humanos e Justiça	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações, populares; questão agrária.
IV	Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e internacional na área.
V	Meio ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.
VI	Saúde	Promoção à saúde e qualidade de vida ; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.
VII	Tecnologia	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.
VIII	Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.

ANEXO D – LINHAS DE EXTENSÃO E FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

(Fonte: Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte, MG. 2007)

Linha de Extensão	Formas de operacionalização
1. – Alfabetização, leitura e escrita.	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógico das escolas.
2. – Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
3. – Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
4. – Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
5. – Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
6. – Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
7. – Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
8. – Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
9. – Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10. – Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11. – Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12. – Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações

	educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13. – Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14.– Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a pró- atividade.
15. – Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16. – Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17. – Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18. – Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19. – Estilismo	Estilismo e moda.
20. – Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21. – Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22. – Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23. – Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24. – Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.
25. – Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26. – Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27. – Infância e	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil;

adolescência	desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28. – Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29. – Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30. – Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc.), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31. – Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32. – Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33. – Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34. – Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc.); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35. – Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36. – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37. – Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial.	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38. – Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39. – Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40. – Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e

	qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41. – Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.
42. – Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43. – Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44. – Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45. – Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46. – Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47. – Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48. – Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49. – Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50. – Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, linguística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano
51. – Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52. – Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc.) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53. – Uso de drogas e	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de

dependência química	dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.
---------------------	--

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8>

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. Resolução nº. 65/2014 – CONSUNI/UFAL de 03 de novembro de 2014. Maceió, AL, 03 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/arapiraca/extensao/documentos/resolucoes/resolucao-proex-n-65-de-03.10>> Acesso em 16 mai. 2016.

BRASIL. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. Regulamenta ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Resolução nº. 04/2018 – CONSUNI/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2018/2/conselho-universitario-aprova-curricularizacao-da-extensao/rco-n-04-de-19-02-2018.pdf/view>>

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. Brasília: MEC/ SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001a. (Coleção Extensão Universitária; v.3).

_____. Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU). Relatório de Pesquisa 2017. Campina Grande-PB: EDUFPG, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/joelm/Documents/PDI_PPI/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf

_____. Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v.7).

_____. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte, MG. 2007. 10 mai. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/ColecaoExtensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária – PNEU. Manaus, AM, 02 mai. 2012. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/proex/content/download/7042/45561/file/PNEU.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. Relatório final do GT de Sistema de dados e informações e RENEX - Rede Nacional de Extensão. Distrito Federal: Brasília, 1999. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio-final-Grupo-Tecnico-1999.pdf>>.

BRASIL. Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD. Planejamento da Coordenação Nacional do FORPLAD Gestão 2016-2017. Disponível em: http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/Planejamento_Coordena%C3%A7%C3%A3o_FORPLAD_2016-2017.pdf. Acesso em: 16 mai. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - FORPLAD. Relatório do Grupo de Trabalho Indicadores (GTI), 2015, Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/indicadores_do_forplad.pdf

Notas de fim

ⁱ MTB (12.530 visitantes); MHN (um curso com 21 participantes); Pinacoteca (01 projeto, três cursos e 09 eventos, com 110 participantes. Houve 07 exposições e não foi registrado o número de visitantes das mesmas); Usina Ciência (40.896), Orquestra Universitária (3.967, trata-se do projeto Quinta Sinfônica, dos concertos de Natal, e dos Concertos didáticos. Não há o registro do número de participantes nos concertos de natal, mas informa-se que eles ocorreram e em qual espaço ocorreram. Atribuiu-se 500 participantes para estas duas atividades); e Corufal (1285, trata-se do Concerto didático, Projeto Quinta Sinfônica e Concertos de natal, mas informa-se que eles ocorreram e em qual espaço ocorreram. Atribuiu-se 500 participantes para estas duas atividades). Dados do relatório de gestão de 2013, disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/2013/view>>.

ⁱⁱ MTB (15.690); MHN (registrou-se um evento com 5000 participantes, exposição itinerante, no Parque Municipal de Maceió, no período compreendido entre outubro e novembro); Pinacoteca (05 exposições, apenas com o registro de visitação de uma, a saber, 1645 visitantes. Quanto às demais atividades não se apresentou dados); Usina Ciência (33.959); Orquestra Sinfônica (7.400, contando projeto Quinta Sinfônica, dos concertos de Natal e a circulação do Quinta Sinfônica); Corufal (4.043, projeto Quinta Sinfônica, dos concertos de Natal e, circulação do Quinta Sinfônica, e apresentação no MTB). Dados do relatório de gestão de 2014, disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/2014/view>>.

ⁱⁱⁱ No relatório não consta quadro sinóptico com os dados, a exemplo do que era feito nos anos anteriores. Para chegar nesse número somamos os números apresentados ao longo do relatório de gestão referente a cada equipamento. MTB (6.088 participantes nas atividades); MHN (1.309 pessoas circularam nos, 25 anos do MHN, na Exposição Itinerante na Biblioteca Central da UFAL, no Campus A. C. Simões); Pinacoteca (04 exposições, sem registro de público); Usina Ciência (não há informações referente ao ano de 2015 no relatório); Orquestra e Corufal (12.902 expectadores, Quinta Sinfônica, Circulação Quinta Sinfônica pelo interior, Concerto de Natal, Concerto Didático e Concertos nas Igrejas. Os dados foram apresentados considerando que os dois equipamentos tivessem atuados conjuntamente nas ações). Dados do relatório de gestão de 2015, disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/2015/view>>.

^{iv} MTB (4.643 participantes em diversas atividades e visitas as exposições); MHN (3.122 visitantes e participantes de atividades, nos “Fim de semana no Museu” e visita de escolas); Pinacoteca (2.719 participantes nas atividades); Usina Ciência (18.300 participantes nas atividades); Orquestra Universitária (5000 espectadores, nas “Quintas Sinfônicas”, 11 apresentações); Corufal (4000 espectadores, 20 apresentações). Dados do relatório de gestão de 2016, disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/2016/view>>.

^v MTB (5.806 participantes das ações e exposições); MHN (7.512 participantes dos “Fins de Semana no Museu” e exposições); Pinacoteca (3.097 participantes de ações e exposições); Usina Ciência (9.355 participantes de ações); Orquestra Universitária (5.000 espectadores); Corufal (2.450 espectadores); Abí Axé Egbé (não há o quantitativo de espectadores e participantes das ações, porém contabilizando só de apresentações foram 11, além de oficinas e outras iniciativas, calculamos 100 pessoas por cada uma das apresentações, totalizando 1.100 pessoas em média participaram

das atividades do grupo); Corpo Cênico (3 apresentações com 220 espectadores). Dados do relatório de gestão de 2017, disponível em: <https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/relatorio-de-atividades_-2017_proex.pdf/view>.

^{vi} MTB (12.728 participantes das ações e exposições); MHN (13.195 participantes dos “Fins de Semana no Museu” e exposições); Pinacoteca (4.555 participantes de ações e exposições); Usina Ciência (27.000 participantes de ações); Orquestra Universitária (5.000 espectadores); Corufal (5000 espectadores); Abí Axé Egbé (3.600 pessoas em média participaram das atividades do grupo); Corpo Cênico (500 espectadores). Dados do relatório de gestão de 2018, disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/relatorios/gestao/relatorio-2018.pdf/view>>.

.